

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 21/Ago

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2398/2020



DISTRITO FEDERAL

PLANTÃO

OLHO



VIVO



SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF

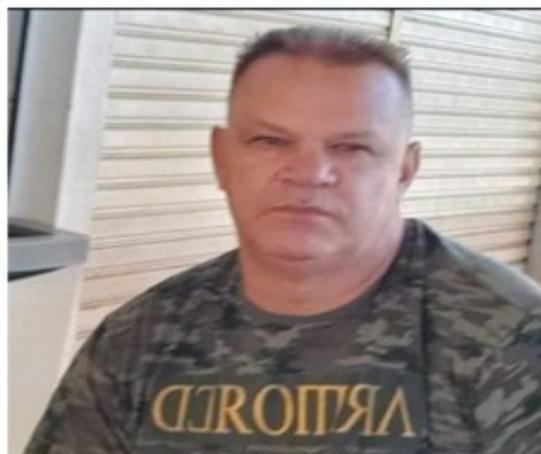
Agosto/ 2020

NOTA DE PESAR - GILVAN GOMES DE MENEZES

É com imensa tristeza e pesar que comunicamos o falecimento do vigilante Gilvan Gomes de Menezes, vítima da Covid-19, após mais de 15 dias internado. Ele nasceu em 12/12/1963, natural de Brasília, e faleceu em 19/08/2020. Gilvan prestava serviço na UPA de Sobradinho pela empresa Ipanema e sempre trabalhou em unidades de saúde do DF.

Ao sentir os sintomas do novo coronavírus, Gilvan foi internado na UPA, depois transferido para Hospital de Campanha do Centro Médico da Polícia Militar e com a piora do quadro, foi para uma UTI no Hospital de Santa Maria. Gilvan lutou bravamente pela vida e estava otimista de que ficaria curado da COVID-19, e, infelizmente veio a óbito. Antes de ficar doente, Gilvan pediu apoio aos profissionais de saúde, demonstrando o quanto era consciente e agradecido.

Rogamos a Deus que console os corações enlutados de seus familiares, amigos e colegas de trabalho neste momento de extrema dor e receba a alma de Gilvan para o descanso eterno. Descanse em paz, guerreiro, seu exemplo de vida jamais será esquecido por aqueles que o amavam.



Vigilante preso com arma ilegal fornecida pela empresa é indenizado em R\$ 70 mil no TRT-RN



Um vigilante que foi preso por porte de arma de fogo irregular fornecida pela empresa para a qual trabalhava conseguiu uma indenização de R\$ 70 mil por danos morais no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT-RN).

A decisão em favor do vigilante foi da Segunda Turma do Tribunal, que confirmou o julgamento em primeiro grau da 3ª Vara do Trabalho de Natal.

O autor do processo trabalhava para a Pescados Fish Ltda. quando foi preso em flagrante, juntamente com outros colegas de trabalho, por porte ilegal de arma de fogo sem registro, durante o serviço.

As armas haviam sido fornecidas pela empresa e, devido à posse irregular, o vigilante responde a processo criminal, o que, de acordo com ele, o impediria de renovar o seu certificado de vigilante.

Em vez de estarem registradas em nome da empresa, o que seria o procedimento legal, as armas estavam em nome do sócio-proprietário

e dos gerentes do empreendimento.

O desembargador Eridson João Fernandes Medeiros, relator do processo no TRT-RN, destacou que a prisão do vigilante deve ser atribuída ao descumprimento da lei por seu empregador.

Ele ressaltou, ainda, que o trabalhador utilizava o seu instrumento de trabalho de “boa fé”, pois presumia que o registro estava de acordo com as exigências legais.

“Desse modo, é de se ter por demasiadamente correta a conclusão a que chegou a sentença (da 3ª Vara do Trabalho de Natal) ao deferir a indenização por danos morais, ante o abalo à esfera moral do reclamante recorrido”, concluiu o desembargador.

A decisão da Segunda Turma foi por unanimidade quanto ao pagamento da indenização por danos morais. O processo é o 0000276-51.2019.5.21.0003.

FONTE: TRT 21ª Região

Metrópoles ganha dois prêmios da Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), o mais importante das Américas

As matérias “Carros-fortes, homens indefesos” e “Meninos-soldados: a infância a serviço do tráfico de drogas” receberam troféus



RAFAELA FELICCIANO/METRÓPOLES

Aprovada Pelo segundo ano seguido, o Metrôpoles venceu o Premio a la Excelencia Periodística, concedido por La Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). A matéria “Carros-fortes, homens indefesos” levou a categoria Cobertura de Notícias na Internet, e

a reportagem “Meninos-soldados: a infância a serviço do tráfico de drogas” recebeu menção honrosa por Cobertura de Notícias para Celular.

O concurso internacional reconheceu ainda trabalhos do NBC News, dos Estados Unidos; do Clarín, da Argentina; El Mercurio, do Chile; El Tiempo, da Colômbia; e Eje Central, do México.

Na reportagem, “Carros-fortes, homens indefesos”, o júri mencionou a “força narrativa” do repórter Saulo Araújo. Além disso, a comissão destacou como “original e inovador” o design gráfico desenvolvido por Gui Prímola, Moisés Dias e Tauã Medeiros.

O especial contou ainda com fotografias clicadas por Andre Borges, Hugo Barreto, Igo Estrela, JP Rodrigues e Rafaela Felicciano. O material ganhou vida a partir da programação de Allan Rabelo, Saulo Marques e André Marques. Todo o trabalho recebeu a edição de Lilian Tahan, Priscilla Borges, Maria Eugênia, Olívia Meireles e Daniel Ferreira. E, por fim, o texto foi revisado por Viviane Novais.

Além do Metrôpoles, outros dois meios de comunicação brasileiros foram premiados nesta edição. O Estado de S. Paulo levou a categoria Jornalismo de Dados e o jornal A Tarde ganhou menção honrosa pela caricatura O Muro.

A organização do prêmio interamericano

recebeu mais de mil inscrições neste ano. “A imprensa das Américas segue dando o melhor de si, encabeçando as denúncias de problemas sociais, refletindo as tragédias cotidianas e destacando os avanços e as melhorias das nossas sociedades”, disse Leonor Mulero, presidente da Comissão dos Prêmios SIP.

Os vencedores serão celebrados nos dias 19 e 23 de outubro, durante a Assembleia Geral da SIP, que neste ano acontecerá virtualmente. Nesta edição, também serão homenageados jornalistas que perderam suas vidas para a Covid-19 por conta do exercício de sua profissão.

A Sociedad Interamericana de Prensa é uma entidade sem fins lucrativos dedicada à defesa e à promoção da liberdade de imprensa nas Américas. Mais de 1.300 publicações do hemisfério ocidental são associadas ao grupo, cuja sede fica em Miami. O Metrôpoles já havia ganhado o prêmio em 2019 com a reportagem “O Levante dos ribeirinhos” na categoria Meio Ambiente.

A matéria “Carros-fortes, homens indefesos” já recebeu diversos prêmios importantes. Em 2019, o especial levou o Prêmio CNT 2019 nas categorias Internet e Fotografia. O trabalho ainda ganhou na categoria Webjornalismo no 3º Prêmio da Polícia Federal. Por fim, recebeu medalha de prata na categoria Data Projects e Infografía do prêmio internacional Ñh 2019 – Lo Mejor del Diseño Periodístico, organizado pela Society of News Design (SND).

A matéria teve participação da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, que além de ter indicado alguns entrevistados para embasar a matéria, também teve o seu Presidente, José Boaventura Santos, como entrevistado, leia o trecho abaixo:

“ESCOTILHAS

Outra reclamação recorrente de quem

trabalha em carro-forte é a falta de escotilhas na traseira dos blindados. Os veículos autorizados a transportar cédulas país afora são equipados com aberturas nas laterais e na parte frontal.

“Normalmente, os criminosos atacam por trás. Por eles saberem que não temos como atirar desse ângulo, chegam bem perto do carro-forte. Uma escotilha traseira permitiria, ao menos, mantê-los distantes. Ganharíamos um pouco mais de tempo até a chegada da polícia”, relata um segurança que prefere não mostrar o rosto.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura, diz que a falta de escotilhas na parte traseira dos blindados é somente uma das inúmeras mudanças necessárias no sentido de preservar a vida dos trabalhadores.

“PRECISAMOS DE UMA NORMA QUE LIMITE A QUANTIDADE DE DINHEIRO TRANSPORTADO NOS CARROS-FORTES. UMA EQUIPE NÃO PODE PEGAR ESTRADA CARREGANDO R\$ 20 MILHÕES. É INADMISSÍVEL”

JOSÉ BOAVENTURA, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES”

A CNTV parabeniza o Jornal Metrôpoles e toda a sua equipe por mais este prêmio e pela forma como foi abordado o tema de tamanha importância para a categoria de segurança privada.

Clique aqui para ler a matéria na íntegra: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/ataques-a-carros-fortes-nas-estradas-mutilam-e-matam-vigilantes>

Fonte: CNTV com informações do Metrôpoles

Projeto para reforço na segurança de escolas e UBSs



MANAUS, 19/08/19 VEREADOR GILVANDRO MOTA (PTC) DISCURSANDO NO PLENARIO DA CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS. FOTO: ROBERVALDO ROCHA / CMM

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), Manaus foi a 3ª cidade brasileira com mais homicídios em 2019.

Neste ano, nos quatro primeiros meses, a capital amazonense registrou mais de 2,3 mil assaltos a residências, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-AM).

Para combater o aumento da criminalidade na cidade, o vereador coronel Gilvandro Mota (PSDB) propôs um Projeto de Indicação para garantir mais segurança nos espaços públicos do município, principalmente nas escolas e nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

Com mais de 30 anos de carreira militar, Gilvandro Mota defende a necessidade de reordenar a Guarda Municipal de Manaus. Além disso, o parlamentar é a favor da contratação, pela Prefeitura, de vigilantes armados ou não, como medida preventiva.

“A pandemia trouxe no seu bojo um desemprego alarmante, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Nós precisamos cuidar disso, pois um dos subprodutos desse desemprego é a violência. Enxergamos o crescimento da

criminalidade urbana, o fortalecimento do crime organizado e, principalmente, do tráfico de drogas. Precisamos combater isso. É papel nosso garantir a segurança da população”, disse Mota.

De acordo com o vereador, é importante pensar em estratégias de prevenção e segurança, já que a violência custa caro ao estado brasileiro. Por isso, é urgente e necessário a intervenção da administração municipal. Além disso, o coronel Gilvandro Mota afirmou que a inclusão de jovens e adolescentes em atividades educacionais e profissionalizantes é importante para mudar essa realidade das famílias mais carentes e necessitadas da nossa cidade.

“São os mais jovens que são mais atraídos pelo mundo do crime, por não terem as oportunidades para seguirem outra vida que não seja essa. Estão sem um alento, sem direcionamento e sem oportunidades, por isso é preciso propor ações de prevenção que possam garantir a melhoria da qualidade de vida da população”, finalizou.

FONTE: JORNAL AGORA

Processo da VISEL: Mais trabalhadores serão incluídos na lista para receber dobra de feriados

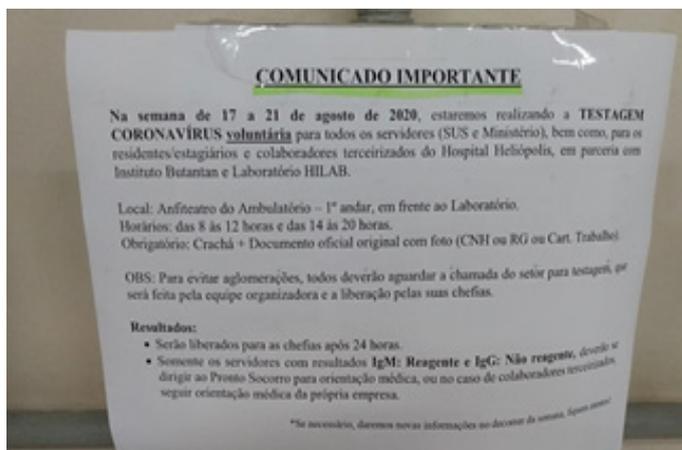


O trabalhadores, em especial os VIGILANTES que estão incluídos no processo da VISEL Nº 0001454-05.2017.5.17.0007 referente ao pagamento de dobra de feriados que uma nova lista será editada e publicada no site em breve. A nova listagem se dará devido a um erro no arquivo e, por isso, novos trabalhadores que têm direito a receber valor pecuniário serão inclusos.

FONTE: Sindseg-GV/ES

Terceirizada proíbe trabalhadores de fazer teste de Covid-19 oferecido por hospital

Hospital Heliópolis está disponibilizando o teste, mas Apetece não autorizou os trabalhadores terceirizados a fazer alegando que se muitos testarem positivo não tem como repor o quadro



Comunicado do Hospital Heliópolis / Acervo pessoal

Trabalhadores e trabalhadoras da área de alimentação da empresa terceirizada Apetece foram proibidos de realizar o teste para Covid-19 disponibilizado pelo Hospital Heliópolis, que pertence a rede pública de saúde do estado de São Paulo.

A justificativa da empresa é de que não há outros trabalhadores terceirizados para repor a equipe, caso muitos testem positivo para a doença.

“Se um pegar, ok. Mas se 10 testarem positivo, eu faço o quê? Não tem gente para

repor”, afirmou a representante da empresa em uma reunião em que os trabalhadores se manifestaram sobre a questão. O Brasil de Fato teve acesso ao áudio da reunião.

O Hospital Heliópolis chegou a pedir autorização para a Apetece para testar os terceirizados, mas a solicitação foi negada.

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo afirmou que não pode obrigar a empresa terceirizada a autorizar o teste em seus funcionários. Ainda disse que, de sua parte, está realizando todos os procedimentos da maneira correta para testar os funcionários.

“É oferecida testagem a todos os profissionais que atuam no Hospital Heliópolis, incluindo terceirizados. A oportunidade está disponível a todas as empresas, sendo responsabilidade das mesmas responder ao convite. O Hospital segue todos os protocolos de segurança para profissionais e pacientes”, defendeu a pasta.

A empresa Apetece foi procurada pelo Brasil de Fato, mas até a publicação desta reportagem não houve um retorno.

Nesta quarta-feira (19), o Brasil alcançou a marca de 111.100 mortos por covid-19, causada pelo novo coronavírus. Nas 24h anteriores, foram registradas 1.212 vítimas fatais da doença, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Entre terça e quarta surgiram 49.298 casos de covid-19 registrados pelo país. Desde o início da pandemia o Brasil já somou 3.456.652 casos oficiais.

Outros casos

A empresa já se envolveu anteriormente em escândalos como esse. Em 2017, servidores públicos de São Caetano (SP) reclamaram que larvas foram encontradas na alimentação servida pela Apetece. Na ocasião, a Prefeitura encerrou o contrato com a empresa.

Também em 2017, a empresa se envolveu em um esquema de superfaturamento na venda de merendas para a Prefeitura de Campinas. Na ocasião, a Apetece teria realizado cotações até 93% mais caras do que as encontradas no mercado.

Fonte: CUT

Brasil em liquidação. País é lançado aos interesses particulares no governo de Bolsonaro

Banco do Brasil vende carteira de crédito a preço de bananas. Com o valor estimado a quase R\$ 3 bi, foi vendida por R\$ 371 milhões



O Brasil nunca esteve tão lançado aos interesses particulares como na atual conjuntura. O país das desigualdades atravessa

um mar de retrocessos, em meio à maior crise sanitária da década. O momento se torna ainda mais perverso diante do entreguismo da equipe econômica à mercê do ministro Paulo Guedes.

Diante de um cenário de atrasos, uma operação obscura vem à tona no panorama econômico. Se trata da venda de uma carteira de crédito pelo Banco do Brasil ao banco privado BTG Pactual. Segundo notícias divulgadas, a venda foi realizada a preço de bananas, ou seja, o valor da carteira de crédito é de R\$2,9 bilhões, e o BB teria vendido esta carteira de quase R\$3

bilhões por R\$371 milhões.

Vale ressaltar que o banco BTG Pactual foi, na década de 1980, criado pelo próprio Paulo Guedes, atual ministro da economia do governo de Bolsonaro, e que ainda é um dos proprietários do banco. E mais: o ex-secretário do tesouro de Bolsonaro se tornou sócio do banco Pactual.

“É de extrema gravidade esta transação, não só por ter ocorrido sem transparência alguma, mas, principalmente, por representar a liquidação do patrimônio público e o desmantelamento da soberania nacional. Para os compradores, estima-se um lucro incalculável. Já para o Banco do Brasil, segundo analistas, a operação acarretará um prejuízo significativo. É no mínimo lamentável”, protesta a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

Agenda privatista

Mesmo em plena pandemia causada pelo coronavírus, o Complexo Eólico Campos Neutrais, da Eletrobras, foi vendido à empresa mineira Omega. A empresa estatal havia investido neste complexo um valor de R\$ 3,1 bilhões e vendeu pelo preço de R\$ 500 milhões. A transação ocorreu no último dia 30 de julho. O escândalo se completa quando se tem a informação de que a usina obteve, em 2017, lucro líquido de R\$ 345 milhões.

O Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SingeRS), já havia apresentado, em 2018, uma denúncia ao Ministério Público apontando a inconstitucionalidade do leilão dos Parques Eólicos do Complexo Campos Neutrais.

A venda escancara a proposta do atual governo de privatizar a Eletrobras. A expectativa do mercado financeiro é que a venda do controle da empresa responsável pela energia

elétrica brasileira arrecada entre R\$ 12 bilhões e R\$ 16 bilhões. Porém, só nos últimos dois anos, a estatal lucrou R\$ 24 bilhões.

Estatais sob fortes ameaças

Estes são alguns exemplos da grande liquidação do nosso patrimônio público, que estão sob fortes ameaças. Um grave ataque recente à empresa pública é a Medida Provisória 995/2020, que o governo Bolsonaro publicou no último dia 07 de agosto, em edição extra do Diário Oficial da União, com o objetivo de desmembrar e privatizar o banco estatal. Em seus dois artigos, a medida autoriza o governo federal a passar por cima do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal para fatar a Caixa em subsidiárias que poderão, posteriormente, ser tiradas do Estado e divididas com investidores.

A Contraf-CUT, a Fenae e as entidades da sociedade civil se mobilizam contra a MP 995, que enfraquece o papel social do banco público.

Parafraseando a deputada federal, Érika Kokay (PT/DF), “a mão que afaga os banqueiros e os rentistas desse País é a mesma mão que apedreja a população brasileira”, quando fez uma comparação do poema do Augusto dos Anjos, durante a live realizada pela página Resistência Carbonária, no fim de semana, onde o tema foi a MP 995/2020, que entrega o patrimônio público aos interesses privados.

“Sem bancos públicos o país seria mais carente de infraestrutura, de investimentos e desenvolvimento social. Não podemos aceitar que tirem o patrimônio público dos brasileiros e entreguem aos mais ricos deste país. A desigualdade chegará a patamares imensuráveis. É preciso muita união e mobilização da categoria contra a agenda privatista desmedida deste governo”, diz Juvandia.

FONTE: CONTRAF

Greve dos trabalhadores dos Correios é por direitos, pela vida e contra o desmonte

Empresa ignora Acordo Coletivo e só cumpre protocolo sanitário quando acionada na Justiça, tirando direitos conquistados e colocando a vida dos trabalhadores em risco



A ferocidade do desmonte promovido pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) para privatizar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é tamanha que além de retirar mais de 70 direitos conquistados nas negociações de Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), a gestão do general Floriano Peixoto não hesita em expor centenas de trabalhadores e trabalhadoras ao risco de se contagiar com a Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus.

Para preservar a vida e os direitos e lutar contra o sucateamento dos Correios, a categoria decretou greve por tempo indeterminado na segunda-feira (18).

De acordo com o secretário de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e

Telégrafos e Similares (Fentect), Emerson Marinho, cerca de 70 trabalhadores dos Correios já morreram de Covid-19 e o número pode ser ainda maior, já que a estatal se recusa a compartilhar com os representantes dos trabalhadores o levantamento nacional sobre o número de vítimas fatais da doença na empresa.

“Estão rasgando mais de 70 das cláusulas do ACT em plena pandemia. Até para garantir que a ECT cumpra os protocolos de segurança sanitária tivemos de buscar a Justiça”, desabafa o secretário de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Goiás, Eziraldo Santos Vieira, referindo-se à garantia de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), testagem e ao afastamento dos trabalhadores

dos grupos de risco das unidades de trabalho. Eziraldo denuncia ainda que os Correios têm mantido funcionários com sintomas da Covid-19 nos locais de trabalho.

Uma das vítimas da exposição ao novo coronavírus e da falta de condições de segurança é Dirlene Ferreira Antônio, uma das trabalhadoras dos Correios em Goiás, que contraiu a Covid 19. Durante quase 20 dias ela apresentou sintomas como tosse, espirros, falta de ar, fortes dores no corpo e teve 30% da capacidade pulmonar comprometida. Mas ainda pode se dar por feliz porque não está nas estatísticas de óbitos.

A luta por direitos e pela vida

Na manhã desta quinta-feira (20), trabalhadores estão fazendo um ato na frente do Ministério das Comunicações. Eles tentam restabelecer sentença do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 2019, suspensa por decisão monocrática do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, que atendeu pedido da empresa. O TST julgou o dissídio coletivo e fixou as normas do acordo. Entre outras decisões, declarou a não abusividade da greve feita naquele momento, determinou desconto parcelado dos salários dos dias parados, fixou reajuste de 3% (pouco abaixo da inflação, de 3,16%) e manteve cláusulas sociais. Mas alterou regras do plano de saúde, excluindo pais e mães dos beneficiários titulares. O TST determinou ainda duração de dois anos para a convenção coletiva. Assim, o novo acordo valeria até 31 de julho de 2021 (véspera da data-base). Toffoli cancelou tudo.

O desmonte

O último concurso público nos Correios foi em 2011 e desde então milhares de trabalhadores saíram nos Planos de Demissão Voluntária (PDVs), se aposentaram, saíram de licença ou morreram.

Mesmo em meio a esse desmonte promovido pelo governo federal, no primeiro semestre de 2020 os lucros dos Correios superaram R\$ 300

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

milhões, motivados pelo aumento das entregas de produtos adquiridos pela internet.

“O salário médio de um trabalhador dos Correios é de R\$ 1,7 mil. A empresa agora volta atrás no acordo que previa 3% de reajuste anual. Enquanto isso, o salário do presidente da estatal, general Floriano Peixoto, é de R\$ 46.727,00, fora o que ele recebe como militar. E ele está neste momento contratando oito assessores com vencimentos da ordem de R\$ 27 mil”, diz Eziraldo Santos Vieira.

Emerson Marinho complementa dizendo que a greve pode se estender até o próximo mês ou acabar nesta sexta-feira (21), dependendo do resultado da votação em curso no STF.

“Se o STF restabelecer a sentença normativa, vamos levar para a categoria, mas com certeza não há mais necessidade de manter a greve”, afirmou. Até o momento, os ministros têm votado para que o acordo tenha apenas a duração de um ano, ao invés dos dois anos acordados com a empresa, o que não atende à reivindicação da categoria.

Consequências da privatização para a população

- Mais agências serão fechadas, principalmente do interior, privando boa parte da população do acesso ao serviço postal;

- A empresa que comprar a ECT não terá obrigação de executar políticas públicas, como distribuição de livros didáticos, entrega de vacinas, coleta e distribuição de donativos em casos de catástrofes, etc;

- As empresas de e-commerce seriam as mais afetadas, uma vez que os Correios é o único operador logístico presente em todo território brasileiro;

- O Banco Postal é a única instituição financeira em um a cada quatro municípios brasileiros;

- Os serviços postais ficarão ainda mais caros, uma vez que a empresa privada só pensa no lucro.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF